ATA Nº 02/2001

DA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2001.***
Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e um, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a primeira Sessão Plenária Extraordinária do ano. Presentes os Vereadores ALDO HOPPE (PFL), ARI ANUNCIAÇÃO (PMDB), BETO MÜLLER (PPB), CARLITO SCHIEFELBEIN (PSDB), MOISÉS KILIAN (PMDB), PAULO UNFER (PDT), PEDRO DE LIMA (PDT), RENI BOIJINK (PDT) e VILSON DIAS (PPB).**********
Às dezoito horas, após verificar a existência de quórum legal para tal, o Senhor Presidente, Vereador RENI BOIJINK, declarou instalada a sessão que foi realizada devido ao levantamento, pelo senhor Prefeito Municipal, do recesso parlamentar. A seguir, o senhor Presidente comunicou que a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ficou composta pelos Vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, CARLITO SCHIEFELBEIN e PAULO UNFER, e que a Comissão de Finanças, Orçamento, Mérito e Serviços Públicos ficou composta pelos Vereadores BETO MÜLLER, MOISÉS KILIAN e PEDRO DE LIMA. A seguir, por solicitação do senhor Presidente, um representante de cada bancada indicou os respectivos líderes, que passaram a ser os seguintes: líder do PDT, Ver. PAULO UNFER; líder do PMDB, Ver. ARI ANUNCIAÇÃO; líder do PPB, Ver. BETO MÜLLER; líder do PFL, Ver. ALDO HOPPE; e líder do PSDB, Ver. CARLITO SCHIEFELBEIN. Estando presente, a Vice-Prefeita do Município, senhorita Naedy Wrasse, foi convidada pelo senhor Presidente para compor a mesa. Assim, foram apresentados os Projetos de Lei nrs 77/2000-E, 01/2001-E, 02/2001-E e 03/2001-E e o Requerimento nº 01/2001. Na **ORDEM DO DIA** tramitava o Requerimento nº 01/2001. Em discussão sobre o requerimento nº 01/2001: o Vereador PAULO UNFER disse que havia necessidade urgente de em serem votadas as matérias para as quais era requerida urgência especial, além de que estava-se em período de recesso parlamentar; o Vereador ALDO HOPPE disse que a aprovação daquele requerimento permitiria que as matérias objeto do mesmo tivessem apenas uma sessão de pauta, sendo necessária apenas mais uma sessão extraordinária durante o recesso para votação das mesmas; em votação, o Requerimento nº 01/2001 foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, passou-se para a **PAUTA**, onde tramitavam, em Discussão Preliminar, os Projetos de Lei nrs 77/2000-E, 01/2001-E, 02/2001-E e 03/2001-E: o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o Sistema de Controle Interno deveria ser instituído, mas de forma integrada com o Poder Legislativo, o que fazia necessária emenda que garantisse a participação de servidores do Legislativo no mesmo; disse que a abertura de crédito especial era necessária para o pagamento dos proventos dos inativos; disse que o aumento de padrão do cargo de Assessor Jurídico era inconstitucional e ilegal porque não estava sendo cumprida a carga horária prevista de quarenta horas, além de que não podia o Município realizar aquela alteração estando seus gastos com pessoal no limite legal; disse que a instituição de turno único de seis horas diárias no setor de obras, sem redução de salários, era ilegal; o Vereador BETO MÜLLER disse que o Sistema de Controle Interno mereceria a aprovação do PPB, bem como as alterações sugeridas pela liderança do PMDB; disse que a abertura de crédito especial era necessária; disse que a alteração do padrão do cargo de Assessor Jurídico não deveria ter sido proposta em época de contenção de despesas e que a remuneração percebida pelo Assessor Jurídico deveria ser a mesma percebida até então, inclusive porque não havia cumprimento da carga horária; disse que a instituição de turno único era inoportuna, já que havia necessidade de recuperação de

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

estradas; o Vereador PAULO UNFER disse que a instituição do Sistema de Controle Interno era uma exigência legal e que poderia ser estudada a inclusão de um membro do Poder Legislativo; disse que era necessária a abertura de crédito especial, já que tratava-se de uma adequação orçamentária para que fossem incluídos os inativos e pensionistas na folha de pagamento do Município; disse que a alteração do padrão do Assessor Jurídico era justificável pelo aumento da responsabilidade do ocupante daquele cargo, especialmente devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, situação diferente em relação à época em que aquele cargo foi criado; disse que os Municípios da região já haviam equiparado a remuneração do Assessor Jurídico à dos secretários municipais; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que a gratificação proposta aos membros do Sistema de Controle Interno era elevada, devendo ser corrigida a disparidade existente em relação à gratificação dos membros da JARI; disse que a alteração do padrão do cargo de Assessor Jurídico foi proposta em época inoportuna, que a Lei Camata deveria ser obedecida, e que deveriam ser reduzidos os custos com pessoal; disse que o Assessor Jurídico também deveria registrar a presença no cartão ponto, o que nunca havia ocorrido. Após, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária que seria realizada naquela mesma noite. Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que, após votada, vai assinada por quem de direito. SALA DAS SESSÕES, AO 15 DE JANEIRO DE 2001.A.S.**********

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente